

É com orgulho que recebi a designação do Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Desembargador Carlos Alberto França, para representá-lo neste importante evento.

Usei a palavra “orgulho” propositalmente, pois o evento ocorre hoje exatamente por ser esta a data escolhida para a celebração do orgulho LGBTQI+ e vamos também lembrar o orgulho de ser mulher, apesar dos fatos estampados na imprensa a cada dia sobre a triste condição da mulher, principalmente em tempos de pandemia.

Por que se fala em orgulho? É porque embora muitas vezes a palavra esteja relacionada a soberba ou a algo presunçoso ou mesmo negativo, orgulho também tem como sinônimos as palavras **dignidade, valor, honra e amor próprio** e é disso que vamos falar aqui hoje nesta audiência pública.

A data que foi escolhida como referência ao orgulho LGBTQI+ resulta de um fato histórico ocorrido nos EUA, quando os frequentadores de um bar em Nova York, nos anos 60, resolveram fazer barricadas nas proximidades e impedir mais uma abordagem truculenta dos policiais, fato que era corriqueiro.

A simbologia do evento reflete sobretudo na ideia de orgulho no sentido acima mencionada, ou seja, se a pessoa que se encontrava naquele espaço não estava praticando nenhuma ilegalidade, por que a abordagem policial corriqueira? O ato simboliza uma atitude de basta ao desrespeito. Basta de intromissão e truculência. Basta de não-aceitação.

Como sabemos, embora simbólica, a ação ocorrida em NY, há mais de meio século, não resultou no basta definitivo e pretendido. Por isso, a cada ano pessoas no mundo todo, mesmo as que se identificam como hetero, relembram a data para

expressar o orgulho de pertencer ao mundo no qual todos podem ser o que bem queiram.

É uma data marcada pela alegria e pelo brilho, por isso, mesmo conhecendo a triste realidade e os números que certamente serão apresentados neste evento, escolho falar de orgulho e me honra pertencer ao Judiciário Goiano, que adotou, com muita seriedade, uma política de Direitos Humanos que possibilita a discussão dos temas mais sensíveis para que alcancemos um mundo mais justo e igualitário.

Comissões como a que trata da igualdade racial, participação feminina, inclusão de pessoas com deficiência, acesso à justiça e esta comissão da equidade e diversidade de gênero estão contribuindo para que avancemos na temática dos Direitos Humanos no Poder Judiciário.

Não poderia deixar de registrar a importante atuação do CNJ, principalmente

por meio da COMISSÃO PERMANENTE DE DEMOCRATIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS, que tem fomentado a discussão de temas como os que antes mencionei.

E para encerrar enfatizando que o Poder Judiciário do Estado de Goiás realmente se orgulha da diversidade e respeita todos os seres humanos, informo, em nome do nosso Presidente, desembargador Carlos Alberto França, que a partir da noite de hoje, até o fim deste mês de junho, o prédio do Tribunal de Justiça estará iluminado com as cores do arco íris, como um símbolo de que todos os seres humanos devem se orgulhar serem como são, que o dever de cada um é com a ética e o respeito ao próximo e que entendemos que é preciso dar um basta a todos os tipos de violência de gênero, seja contra mulheres ou seja contra a população LGBTQI+.

Parabéns a cada membro da comissão de equidade e diversidade de gênero pelo empenho para a realização deste evento, e que seja de grande proveito para todos. Muito obrigada!